

COMUNICADO

Informamos que a **categoria se encontra sem normatização coletiva**, regendo-se pelas leis trabalhistas vigentes, naquilo que lhe for aplicável.

Assim, negociações referentes a benefícios sociais ou econômicos, deverão ser realizadas entre empregador e empregado, respeitando a legislação trabalhista nacional vigente.

Não há no momento nenhuma previsão de negociação de novo instrumento coletivo.

Salientamos que o salário-mínimo nacional foi reajustado para **R\$ 1.621,00** (mil seiscentos e vinte e um reais), a partir de **01.01.2026**, conforme determinado pelo Decreto nº 12.797, de 23 de dezembro de 2025.

O **inciso IV, do artigo 7º, da Constituição Federal** dispõe que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado.

Dessa forma, mesmo sem previsão da elaboração de nova Convenção Coletiva, o empregador deve reajustar o salário do trabalhador rural para garantir o valor mínimo, conforme previsto na Constituição Federal.

Diante da ausência de Convenção Coletiva, a data-base da categoria deve obedecer ao disposto no §2º, do artigo 4º da Lei nº 7.238/1984:

“Art 4º - A contagem de tempo para fins de correção salarial será feita a partir da data-base da categoria profissional.

§ 1º - Entende-se por data-base, para fins desta Lei, a data de início de vigência de acordo ou convenção coletiva, ou sentença normativa.

§ 2º - Os empregados que não estejam incluídos numa das hipóteses do parágrafo anterior terão como data-base a data do seu último aumento ou reajuste de salário, ou, na falta desta, a data de início de vigência de seu contrato de trabalho”.

Portanto, para aqueles que pagam além do mínimo, o reajuste salarial pode ser realizado por livre negociação entre as partes, respeitando a legislação trabalhista nacional vigente, tendo como data-base a data do seu último aumento ou reajuste de salário, ou, na falta desta, a data de início de vigência de seu contrato de trabalho.

Maiores informações podem ser obtidas através do telefone **(67) 3320-6996** ou e-mail: juridico@famasul.com.br.